

SP DEMOGRÁFICO

Resenha de Estatísticas Vitais do Estado de São Paulo

Ano 11 – nº 7

Novembro 2011

Tendências Recentes da Migração nas Regiões Administrativas do Estado de São Paulo

Esta edição do SP Demográfico, que complementa o estudo sobre migração apresentado anteriormente,¹ foi elaborada a partir da combinação dos primeiros resultados do Censo Demográfico 2010 com os dados do Sistema de Estatísticas Vitais (SEV), produzido pela Fundação Seade. Naquele estudo, mostraram-se as tendências recentes da migração no Estado de São Paulo em suas três Regiões Metropolitanas (RMs). No presente trabalho, realiza-se exercício semelhante àquele, mas tendo como objeto todas as Regiões Administrativas (RAs) do Estado de São Paulo e seus municípios. Trata-se, portanto, de uma avaliação mais abrangente, pois inclui a totalidade do território paulista e não apenas suas áreas metropolitanas.

O estudo anterior revelou alguns resultados importantes para a primeira década do século XXI:

- a) redução da contribuição da migração (11,1%) no crescimento populacional do Estado de São Paulo e de seu saldo migratório, entre 2000 e 2010 (47,3 mil pessoas ao ano, diante de 147,4 mil na década de 1990);
- b) diminuição do poder de atração ou retenção populacional da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), que passou a apresentar resultados negativos em seus saldos (30 mil ao ano) e taxas migratórias (1,6 mil migrante ao ano por habitante);
- c) retração da capacidade de atração de migrantes pela Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), embora seus saldos migratórios

1. Fundação Seade. SP Demográfico, São Paulo, ano 11, n.3, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/spdemog/index.php?tip=abr11>>.

ainda sejam positivos e não desprezíveis (5,0 mil pessoas ao ano);

d) persistência da Região Metropolitana de Campinas (RMC) como centro atrator de migrantes, uma vez que seu saldo migratório foi de 23,2 mil pessoas ao ano.

Em síntese, entre 2000 e 2010, o Estado de São Paulo, em especial a RMSP, pode ter deixado de ser o principal destino dos brasileiros que buscam novos locais de moradia. Das três metrópoles paulistas, apenas a de Campinas mantém saldos migratórios elevados, o que sugere sua permanência como importante centro de atração de migrantes, sobretudo de residentes no próprio Estado de São Paulo. Notam-se, assim, mudanças nas tendências migratórias nacionais – com a relativização do Estado de São Paulo como destino privilegiado dos migrantes do país e intraestaduais – com a presença destacada da RMC, e não mais da RMSP, como polo de atração populacional.

É importante advertir que a redução dos saldos migratórios ou mesmo seus valores negativos não representam, necessariamente, inércia migratória, uma vez que refletem o resultado líquido de entradas e saídas de migrantes em diferentes domínios geográficos na última década, cujos fluxos podem ser ainda expressivos. Tal detalhamento só será conhecido com a divulgação dos resultados do Censo Demográfico 2010.

O trabalho anterior teve como foco apenas as RMs, de modo que o diagnóstico das mudanças das tendências migratórias intraestaduais foi apenas parcial. Na presente análise, esse ponto é aprofundado, com a observação dos principais indicadores demográficos referidos a todas as RAs do Estado de São Paulo. Como duas regiões são metropolitanas (de São Paulo e da Baixada Santista), seus resultados serão comentados de forma muito breve, pois estão detalhadamente expostos no trabalho anterior. A RMC, diferentemente das demais metrópoles, não corresponde a uma RA, razão pela qual se introduzem nesta análise as informações referidas à RA de Campinas.

Panorama regional

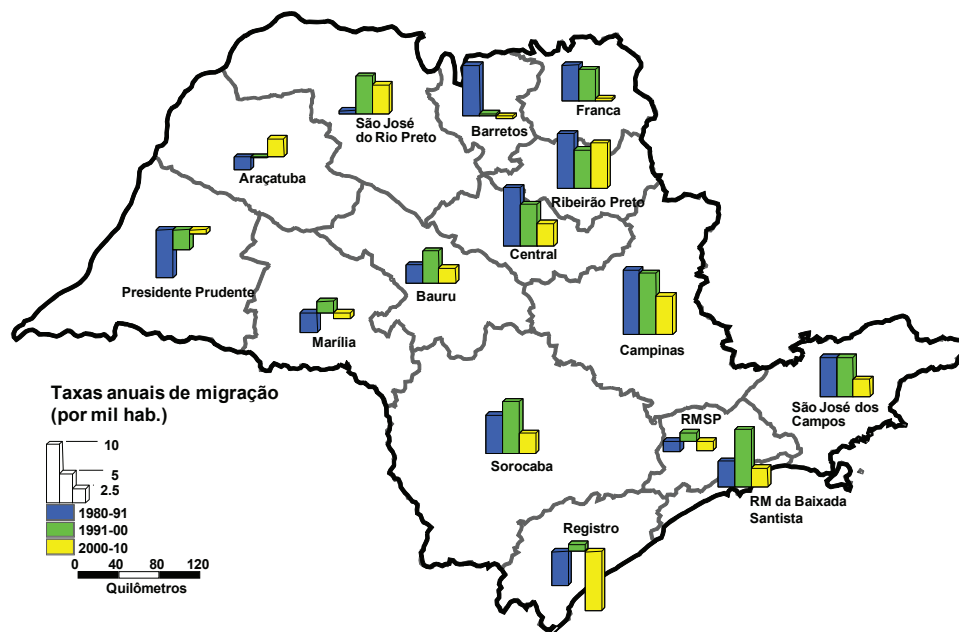
O Mapa 1 dá um panorama da evolução regional das taxas anuais de migração no Estado de São Paulo. Sua análise sugere alguns agrupamentos territoriais cujos indicadores demográficos apresentaram, na última década, comportamentos relativamente semelhantes.

Excluindo-se a RMSP, podem ser identificados cinco desses agrupamentos. O primeiro está associado à Macrometrópole Paulista e compõe-se das RAs de Campinas, São José dos Campos, Sorocaba, além das RMs da Baixada Santista e de Campinas (contida na RA de Campinas). O segundo agrupamento inclui as RAs Central, de Ribeirão Preto e de São José do Rio Preto, com intenso dinamismo migratório. O terceiro, com forte redução dos indicadores demográficos, mas com valores positivos e ainda expressivos,

compõe-se das RAs de Bauru e Araçatuba. O quarto agrupamento corresponde às RAs de Franca e Barretos, cujas taxas migratórias aproximam-se de zero, assim como as das RAs de Marília e Presidente Prudente, do quinto agrupamento. O caso de Registro é único, pois sua taxa de migração foi fortemente negativa, sem paralelo com outras regiões paulistas.

Mapa 1

Evolução das taxas anuais de migração
Regiões Administrativas do Estado de São Paulo – 1980-2010



Fonte: Fundação Seade.

Comportamento regional

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), já tratada com detalhes em trabalho anterior, constitui a principal área de concentração populacional e das atividades econômicas do Estado. A RMSP não só acompanhou a tendência estadual de redução do crescimento migratório como apresentou taxa de migração negativa na última década. Tal retração contribuiu para explicar sua taxa de crescimento populacional inferior a 1,0% ao ano, a menor de sua história recente.

Em contraste, as regiões situadas no entorno da RMSP, na chamada Macrometrópole Paulista, apresentaram taxas de migração positivas e superiores a 3,0 migrantes ao ano por mil habitantes, ainda que, em geral, essas taxas sejam também inferiores às verificadas na década anterior.

Nesse contexto, a RA de Campinas destaca-se como uma das áreas mais importantes do Estado em termos de atração populacional. Sua taxa de migração, entre 2000 e 2010, foi de 6,5 migrantes ao ano por mil habitantes, mais de cinco vezes superior à média estadual (1,2 migrante ao ano por mil habitantes). Entre 1980 e 2000, a taxa de migração na RA de Campinas manteve-se em torno de 10 migrantes ao ano por mil habitantes, o que significa dizer que também ali diminuiu a intensidade migratória

na última década. Mesmo assim, a RA de Campinas, com saldo migratório líquido próximo de 38 mil migrantes ao ano, respondeu por quase 80% do volume de migração do Estado de São Paulo, entre 2000 e 2010.

Na RA de São José dos Campos, a taxa migratória entre 2000 e 2010 foi de 3,1 migrantes ao ano por mil habitantes, o que representa redução de praticamente 50% no volume de migração anual em relação ao período anterior. Assim, entre 1991 e 2000, seu saldo migratório anual líquido era de 12,4 mil e passou a 6,6 mil, na última década.

Na RMBS (analisada em detalhe no trabalho anteriormente citado) e na RA de Sorocaba, também se verificaram acentuadas reduções na taxa de migração, mas ainda assim elas se situaram em patamares de 3,2 e 3,4 migrantes ao ano por mil habitantes na última década, respectivamente.

O segundo agrupamento regional identificado inclui as RAs Central, de Ribeirão Preto e de São José do Rio Preto, com elevado dinamismo migratório na última década. Na RA de Ribeirão Preto registrou-se a maior taxa de crescimento populacional entre todas as regiões paulistas (1,6% ao ano) e, diferentemente do conjunto do Estado, sua taxa de migração elevou-se de 6,5 para 7,6 migrantes ao ano por mil habitantes, entre as décadas de 1990 e 2000.

Na RA Central, localizada ao sul da anterior, registrou-se taxa de migração de 3,7 migrantes ao ano por mil habitantes, a menor do grupo, e bastante inferior à da década anterior (7,1 por mil), mas que se destaca entre as regiões paulistas.

A oeste da RA de Ribeirão Preto situa-se a de São José do Rio Preto, que também apresentou elevada taxa de migração na última década (4,9 migrantes ao ano por mil habitantes), embora inferior à registrada na década anterior (6,4 por mil). Mesmo assim, a RA de São José do Rio Preto classifica-se entre as três regiões com maiores taxas de migração, só superada pelas de Ribeirão Preto e de Campinas.

O terceiro grupo mencionado anteriormente inclui as RAs de Bauru e Araçatuba. A primeira apresentou taxa de migração de 2,5 migrantes por ano por mil habitantes, inferior à registrada na década anterior (5,5 por mil), ao passo que a segunda revelou taxa pouco mais elevada (3,0 por mil), mas bem superior à observada na década anterior, próxima de zero. Nota-se, portanto, a reversão da situação da RA de Araçatuba, que na última década passou a apresentar saldo migratório positivo semelhante ao da RA de Bauru.

Comportamento diverso apresentaram as RAs de Marília e Presidente Prudente, cujas taxas de migração foram negativas, mas muito próximas de zero (-1,0 e -0,8 migrante ao ano por mil habitantes, respectivamente). Entretanto, a taxa registrada em Presidente Prudente, ainda que negativa, foi bem superior à verificada na década precedente, o que pode indicar a recuperação demográfica da região.

Tabela 1

Saldos migratórios anuais e taxas anuais de migração
Estado de São Paulo – 1970-2010

Regiões Administrativas	Saldos migratórios anuais				Taxas anuais de migração (por mil hab.)			
	1970-80	1980-91	1991-00	2000-10	1970-80	1980-91	1991-00	2000-10
Estado de São Paulo	308.317	53.333	147.443	47.265	14,47	1,89	4,31	1,21
RM de São Paulo	229.576	-24.972	24.399	-29.968	22,26	-1,79	1,47	-1,60
RA de Registro	744	-1.183	288	-2.672	4,62	-5,75	1,17	-9,99
RM da Baixada Santista	15.577	4.748	13.115	5.017	19,39	4,37	9,75	3,20
RA de São José dos Campos	15.821	9.629	12.358	6.569	15,47	6,74	6,81	3,09
RA de Sorocaba	10.682	11.335	19.652	8.811	8,10	6,46	8,79	3,35
RA de Campinas	65.704	41.362	50.917	37.558	24,94	10,91	10,43	6,46
RA de Ribeirão Preto	8.577	7.194	6.297	8.730	15,22	9,30	6,45	7,58
RA de Bauru	1.806	2.341	4.909	2.514	3,01	3,16	5,52	2,50
RA de São José do Rio Preto	-8.359	526	7.804	6.647	-9,13	0,51	6,44	4,86
RA de Araçatuba	-9.947	-1.288	-134	2.111	-18,95	-2,27	-0,21	3,00
RA de Presidente Prudente	-14.852	-5.735	-2.684	-604	-22,08	-8,23	-3,53	-0,75
RA de Marília	-10.698	-2.494	1.661	-895	-15,94	-3,40	1,98	-0,98
RA Central	5.666	6.291	5.581	3.361	11,96	9,93	7,07	3,72
RA de Barretos	-1.779	2.684	120	-182	-6,95	8,60	0,32	-0,45
RA de Franca	-199	2.896	3.160	266	-0,52	6,11	5,36	0,40

Fonte: Fundação Seade.

Barretos e Franca revelaram taxas de migração próximas de zero (-0,5 e 0,4 migrante ao ano por mil habitantes, respectivamente). Na comparação com a década de 1990, chama a atenção o caso de Franca, diante da forte redução de sua taxa de migração no período.

Por fim, a RA de Registro, situada ao sul do Estado, continuou a se caracterizar pelas constantes oscilações em suas taxas de migração, alternando tendências de variação positivas e negativas. Entre 2000 e 2010, foi a RA com maior perda migratória do Estado, registrada em sua taxa de -9,99 migrantes ao ano por mil habitantes.

Em termos absolutos, isto é, tomando-se os saldos migratórios anuais líquidos da última década, as RAs que compõem a Macrometrópole Paulista tiveram papel de destaque na atração populacional. São os casos das RAs de Campinas (com saldo migratório líquido de 37,6 mil pessoas), Sorocaba (8,8 mil), São José dos Campos (6,6 mil) e RMBS (5,0 mil). Também merecem menção as RAs que compõem o segundo grupo identificado anteriormente, que são as de Ribeirão Preto (8,7 mil), São José do Rio Preto (6,6 mil) e Central (3,4 mil).

Nota-se, portanto, que a despeito da redução dos indicadores de migração do Estado de São Paulo e dos resultados negativos apresentados pela RMSP na última década, outras regiões do Estado têm recebido número expressivo de migrantes, como as destacadas anteriormente e, em especial, a RA de Campinas.

Convencionalmente se associam os fluxos migratórios à busca de maiores oportunidades de emprego e renda. No entanto, ao lado deles há inúmeros e complexos determinantes da mobilidade populacional, que assumem pesos e particularidades específicas a cada região de origem e de destino dos migrantes. No estudo citado anteriormente, fez-se um breve resumo desses elementos:

Além de elementos econômicos e laborais, pode-se admitir, por exemplo, que aspectos físico-territoriais e de preservação ambiental tenham peso importante em certas áreas do Estado de São Paulo como obstáculos à expansão urbana e à atração de migrantes. Em outras cidades e regiões, os elevados custos de vida e de moradia vigentes podem gerar impactos negativos sobre sua atratividade populacional. Acrescente-se a isso as facilidades de transportes interurbanos, que também podem contribuir para a explicação dos novos padrões de localização habitacional dos estratos superiores de renda fora dos grandes centros urbanos. Estes, por sua vez, atraem segmentos populacionais mais pobres, em busca de oportunidades de emprego nessas novas áreas residenciais. Enfim, há múltiplos elementos que atuam nas cidades e regiões paulistas que têm implicações importantes na distribuição da população no seu território.¹

É indiscutível que os determinantes dos deslocamentos populacionais são variados e complexos e que as explicações para as mudanças da dinâmica migratória recente requerem mais informações sobre o tema. O dimensionamento dos fluxos migratórios ocorridos na última década só poderá ser avaliado quando se dispuser das informações detalhadas do Censo Demográfico de 2010, que permitirão conhecer a intensidade das entradas e saídas da população de cada uma das áreas envolvidas e o perfil dos migrantes. Mesmo assim, os resultados ora apresentados a partir da combinação das informações do Censo Demográfico de 2010 e do Sistema de Estatísticas Vitais (SEV) são reveladores da dinâmica migratória do Estado de São Paulo elemento que não pode ser desconsiderado nas políticas de caráter regional e municipal.



Governador do Estado
Geraldo Alckmin

Vice-Governador
Guilherme Afif Domingos

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional
Emanuel Fernandes

SEADE
Fundação Sistema Estadual
de Análise de Dados

Diretora Executiva
Felícia Reicher Madeira

Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro
Flávio Capello

Diretor Adjunto de Análise e Disseminação de Informações
Sinésio Pires Ferreira

Diretora Adjunta de Metodologia e Produção de Dados
Marise Borem Pimenta Hoffmann

Chefia de Gabinete
Ana Celeste de Alvarenga Cruz

SP DEMOGRÁFICO

Produção
Gerência de Indicadores e Estudos Populacionais (Gepop)

Autoria
Sonia Perillo
Valmir Aranha
Rosana Capassi
Magaly de Losso Perdigão

Edição
Gerência de Editoração e Arte (Geart)

Av. Cásper Líbero 464 – 01033-000 – São Paulo – SP
Fone (11) 3324-7200 – Fax (11) 3324-7297
www.seade.gov.br ouvidoria@seade.gov.br atendimento@seade.gov.br

Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.